

BOLETIM CNE

PROPOSTA INDECENTE DE PLR LEVARÁ OS TRABALHADORES A DECRETAR PARALISAÇÃO POR TEMPO INDETERMINADO A PARTIR DO DIA 1º DE JUNHO

O Coletivo Nacional dos Eletricitários classifica a proposta de PLR 2014 apresentada pela direção da Eletrobras, no dia 21 de maio, em Brasília, como indecente e desrespeitosa com os trabalhadores da Holding. Oferecer apenas 70% de uma folha como reconhecimento ao esforço da categoria mostra o descompasso desta gestão. E deixa evidente mais uma vez que parte dessa direção não se empenhou junto ao Governo e aos Ministérios o suficiente para avançar na proposta. Diante de tal desrespeito o indicativo do CNE é pela paralisação por tempo indeterminado a partir do dia 1º de junho.

Como o CNE tem afirmado em seus informes, que para ser diretor da uma empresa do porte da Eletrobras, uma das maiores do mundo no setor, é preciso algo mais, é obrigatório sair da zona de conforto, dos agradáveis escritórios, é preciso acima de tudo ter compromisso com os trabalhadores, o maior patrimônio do Sistema Eletrobras.

Chegou o momento de cada diretor assumir suas responsabilidades, intensificando as articulações,

seja na vice-presidência ou nas instâncias políticas que possua acesso, para que seja possível avançar na proposta de PLR.

O certo é que os trabalhadores não vão pagar essa conta do rebaixamento da PLR, pois receber cerca de 35% do que foi pago no ano passado é um insulto à categoria que teve um desempenho operacional excelente.

O CNE alerta aos trabalhadores que a mobilização será fundamental para continuar pressionando a Eletrobras e os ministérios, pois se cedermos agora, a PLR, que é um direito histórico, terá um futuro incerto nos próximos anos, pois o interesse da direção da Holding é condicionar seu pagamento ao lucro e a divisão de dividendos. Por outro lado, o Governo se recusa a não indenizar as empresas do Sistema por conta da

MP 579, para fazer superávit primário, ou seja, tudo conspira contra os trabalhadores, portanto, a luta é fundamental.

O CNE continuará aberto às negociações com a direção da Eletrobras, desde que ela apresente uma proposta de PLR que respeite todos os trabalhadores e não a que foi colocada, que é uma afronta a dignidade da categoria.



**PARTICIPE DAS ASSEMBLEIAS!
A LUTA DA PLR É DE TODOS!**

FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DO SETOR ELÉTRICO ESTATAL

O CNE esta semana se reuniu com vários parlamentares e senadores para articular a criação da Frente Parlamentar em Defesa do Setor Elétrico Estatal, na oportunidade os dirigentes sin-

as outras distribuidoras ainda não foram retiradas do plano. Para a decepção dos trabalhadores que votaram em Dilma, acreditando na continuidade do projeto popular e democrático,



dicais estiveram em vários gabinetes explicando a conjuntura difícil enfrentada por estas empresas e seus trabalhadores, e colhendo assinaturas para oficializar a Frente.

Essa ação nesse momento é estratégica, pois há rumores fortes de privatização nas empresas do Sistema Eletrobras, com a chamada venda de ativos. A CELG tem sido colocada como a bola da vez, pois foi incluída no PND, fora isso

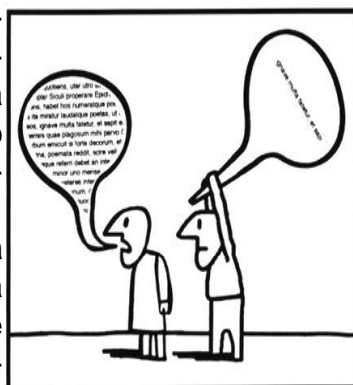
e agora estão vivendo de novo o fantasma das privatizações. Ou seja, O Governo é do PT, mas a gestão é tucana.

A constituição desta Frente é justamente para se contrapor a essas ações neoliberais, que parte do Governo tenta retomar com o discurso de enfrentamento da crise. Esses vendilhões sempre estiveram à espreita, desde a saída de FHC, para retomar as privatizações.

Judicialização da PLR é retrocesso

O CNE foi informado que existem rumores de que a Eletrobras estaria contratando um escritório de advocacia para judicializar a PLR 2014 junto ao Tribunal Superior do Trabalho, instaurando o dissídio.

O Coletivo espera que essa notícia seja falsa, por isso seria importante que a direção da Holding se pronunciasse de imediato sobre essa situação. Até por-



que a Judicialização seria um retrocesso sem precedentes.

O Coletivo espera que prevaleça o diálogo, como sempre foi, e que o diretor administrativo da Eletrobras, cumpra o que prometeu na última reunião, de buscar alternativas para melhorar a proposta de PLR.